

Confins

Revue franco-brésilienne de géographie / Revista franco-brasilera de geografia

Traduções

2024

Le Havre: de cidade reconstruída a patrimônio moderno

Le Havre : de ville reconstruite à patrimoine moderne

Le Havre: from rebuilt city to modern heritage

JÉSSICA GOMES DA SILVA E ANA ELISABETE DE ALMEIDA MEDEIROS

Editado por **Patrícia Reuillard**

Tradução de Isabel B. de Queiroga

<https://doi.org/10.4000/confins.55735>

Este artigo é uma tradução do:

Le Havre : de ville reconstruite à patrimoine moderne [fr]

Resumos

Português Français English

A cidade francesa Le Havre, reconhecida como Patrimônio Mundial da Unesco em 2005, teve seu centro urbano praticamente todo reconstruído após os bombardeios da Segunda Guerra Mundial. O longo processo que separa essas duas datas, de 1944, ano da destruição, a 2005, data do reconhecimento, foi marcado por inúmeras ações, discussões e agentes que se envolveram em sua patrimonialização. Este artigo discute essa jornada, lançando luz sobre a Le Havre do passado que foi reconstruída até a cidade reconhecida pela Unesco, mantendo o foco no campo do patrimônio e da preservação.

La ville française du Havre, reconnue comme patrimoine mondial de l'Unesco en 2005, a vu son centre urbain pratiquement entièrement reconstruit après les bombardements de la Seconde Guerre Mondiale. Le long processus qui sépare ces deux dates, de 1944, année de la destruction, à 2005, date de la reconnaissance, a été marqué par d'innombrables actions, discussions et agents qui ont impliqué sa patrimonialisation. Cet article aborde ce parcours, mettant en lumière le Havre d'autrefois, reconstruit jusqu'à la ville inscrite sur la liste de l'Unesco, en gardant le focus sur le domaine du patrimoine et de la préservation.

The French city of Le Havre, today a World Heritage Site recognized by Unesco in 2005, had its urban center practically rebuilt after the bombings of World War II. The long process that separates these two dates, from 1944, the year of destruction, until 2005, the date of recognition, was marked by countless actions, discussions and agents that involved its patrimonialization. This article addresses that path, shedding light on Le Havre from the past, which was rebuilt to the city listed on Unesco, keeping the focus on the field of heritage and preservation.



Entradas no índice

Index de mots-clés : Le Havre, Reconstruction, Patrimoine moderne, préservation, reconnaissance.

Index by keywords: Le Havre, rebuilding, Modern heritage, preservation, recognition.

Índice geográfico: Le Havre

Índice de palavras-chaves: Le Havre, reconstrução, patrimônio moderno, preservação, reconhecimento

Texto integral



[Visualizar a imagem](#)

- 1 Le Havre, na França, geralmente conhecida por sua reconstrução após a Segunda Guerra Mundial, é hoje uma das três cidades modernas listadas como Patrimônio Mundial pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), juntamente com Brasília (1987), e Tel Aviv, Israel (2003)¹. Le Havre guarda uma história que remonta às suas origens no século XVI, passando pela destruição em 1944, durante a Segunda Guerra (Mundial), e a subsequente reconstrução com base nos princípios da arquitetura moderna. A cidade francesa, reconhecida em 2001 como "Cidade de arte e história"², recebeu o título de Patrimônio Mundial em 2005.
- 2 O processo de candidatura de Le Havre ao título de patrimônio da humanidade deu seus primeiros passos na década de 1980, quando se discutia a necessidade de preservar sua arquitetura moderna. Ao mesmo tempo, havia uma preocupação em encontrar medidas para a população local se apropriar efetivamente da cidade. Essas duas questões representam temas caros ao campo da preservação de cidades modernas: uma diz respeito ao reconhecimento de que esses centros urbanos e sua arquitetura estão envelhecendo e precisam de tratamento adequado; outra corresponde à aceitação e à compreensão por parte de seus habitantes de como cuidar dessa expressão moderna.
- 3 Outra questão levantada no caso de Le Havre concerne à sua condição de cidade reconstruída no período pós-guerra e como isso implicou ações urgentes para reconstruí-la e acolher a população desabrigada. Nesse caso, vale ressaltar que a cidade não foi reconstruída com a intenção de restaurá-la ao seu estado anterior, mas com a intenção de propor um novo modo de vida, associado aos ideais da arquitetura e do urbanismo modernos. Desse modo, é necessário observar como isso influenciou a candidatura à Unesco, nos anos 2000, tendo sido um diferencial em relação a Brasília e Tel Aviv. Em Le Havre, tanto na época da reconstrução quanto na da candidatura, as autoridades locais e nacionais desempenharam um papel essencial.
- 4 A identificação das circunstâncias em que Le Havre foi reconstruída e de quando se tornou patrimônio leva aos objetivos deste artigo. Assim, buscaremos revisitar o caminho que transformou a cidade destruída em um conjunto urbano preservado. A intenção é discutir os pressupostos gerais que viabilizaram esse movimento, esclarecendo que essa discussão não se limita à observação desses dois momentos e que cabem análises mais específicas e detalhadas em outros debates.
- 5 A preservação das cidades modernas, sobretudo Brasília, que faz parte do contexto brasileiro, está presente nas discussões atuais. A escolha de Le Havre como objeto de estudo se justifica, entretanto, pela necessidade de ampliar esse debate, apresentando outras cidades modernas reconhecidas pela Unesco. Dessa forma, além de Brasília (1987), também devem ser estudadas as cidades de Tel Aviv (2003) e Le Havre (2005).

O presente artigo se propõe a examinar especificamente o caso de Le Havre, lançando luz sobre essa cidade e seu processo de patrimonialização. As contribuições necessárias para apoiar as intenções dessa discussão são extraídas principalmente de livros e escritos que tratam especificamente dessa cidade.

- 6 Em resumo, pretende-se responder à seguinte pergunta: como o processo de reconstrução de Le Havre ajudou para que a cidade se tornasse um Patrimônio Mundial como um sítio moderno? Dessa maneira, a análise aqui concebida se concentrará em uma parte do processo, tendo outras possibilidades de discussão. Com base nessa proposta, o artigo será estruturado em duas partes: uma discussão inicial sobre o período de reconstrução e o debate sobre o momento da candidatura à Unesco, encerrando com algumas considerações finais.

Da destruição à reconstrução

- 7 O dia 5 de setembro de 1944 marcou a história da cidade francesa Le Havre como a data do início dos bombardeios que a devastaram durante a Segunda Guerra. A destruição de grande parte de seu centro, fundado no século XVI, exigiu a reconstrução urgente de sua área urbana para realojar cerca de 80 mil pessoas desabrigadas após a guerra. Para sua reconstrução, as autoridades locais, apoiadas pelo governo nacional, deram os primeiros passos já em 1945, buscando um plano de reconstrução que fosse suficientemente rápido e eficiente para reerguer a cidade destruída (Etienne-Steiner, 1999).
- 8 Antes de falar sobre o processo de reconstrução, é preciso levantar a discussão acerca do termo “reconstrução”. A Carta de Veneza (Icomos, 1964), internacionalmente reconhecida, refuta essa intervenção, considerando-a apenas como última hipótese. Nesse sentido, o guia de diretrizes operacionais da UNESCO segue a mesma lógica:

“No que diz respeito à autenticidade, a reconstrução de vestígios arqueológicos, ou monumentos, ou bairros históricos só se justifica em circunstâncias excepcionais. A reconstrução só é aceitável se tiver por base uma documentação completa e pormenorizada, não podendo ser, de modo algum, conjetural”
(Unesco, 2019, p. 29).

- 9 Um dos casos mais emblemáticos de reconstrução aceitos pela Unesco é o do centro histórico da cidade de Varsóvia, também reconstruído em função da Segunda Guerra. A concepção do projeto seguiu as referências do conjunto urbano que existia antes da destruição. Esse exemplo na Polônia difere de Le Havre precisamente em razão do sentido do termo “reconstruir”, que remete à ideia de uma construção similar àquela destruída. No caso da cidade francesa, apesar da documentação do processo de patrimonialização identificá-la como uma cidade reconstruída, essa intervenção está, talvez, muito mais próxima de uma renovação urbana, por aportar princípios de uma nova arquitetura. Esse debate poderia ser matéria de um outro artigo, mas, aqui o termo reconstrução será utilizado, mesmo com essas ressalvas.
- 10 Para acompanhar o processo de reconstrução de Le Havre é preciso ver que os movimentos iniciais para reerguer a cidade estiveram associados ao Ministério da Reconstrução e do Urbanismo (MRU), chefiado pelo ministro Raoul Dautry. Esse ministério era encarregado de organizar as etapas necessárias para a reconstrução da cidade, definindo os papéis de cada agente. Segundo Claire Étienne-Steiner (2017), o setor de urbanismo seria responsável pelo plano de reconstrução e do planejamento urbano; os arquitetos se ocupariam da “ordem arquitetônica”; e haveria, enfim, o grupo responsável pela distribuição e parcelamento dos lotes.
- 11 Esse modelo de organização distinguiu os papéis de Auguste Perret, nomeado arquiteto chefe em 1945 para a reconstrução de Le Havre, que acabou por ser responsável por toda a parte central da cidade (Imagem 1), deixando a periferia aos cuidados de Félix Brunau, arquiteto local. O arquiteto responsável pelo loteamento foi Jacques Tournant, aluno de Perret. Além desses principais agentes, são identificadas

duas “cooperativas dos assolados”: François 1^o e Agir. Cada uma delas possuía seus próprios arquitetos e mestres de obras e cuidava de uma zona específica da cidade. Além das cooperativas, o Estado estava responsável por reerguer os imóveis sem destinação individual e imediata (ISAI na sigla em francês), que seriam as unidades de habitação coletiva (Etienne-Steiner, 2017).

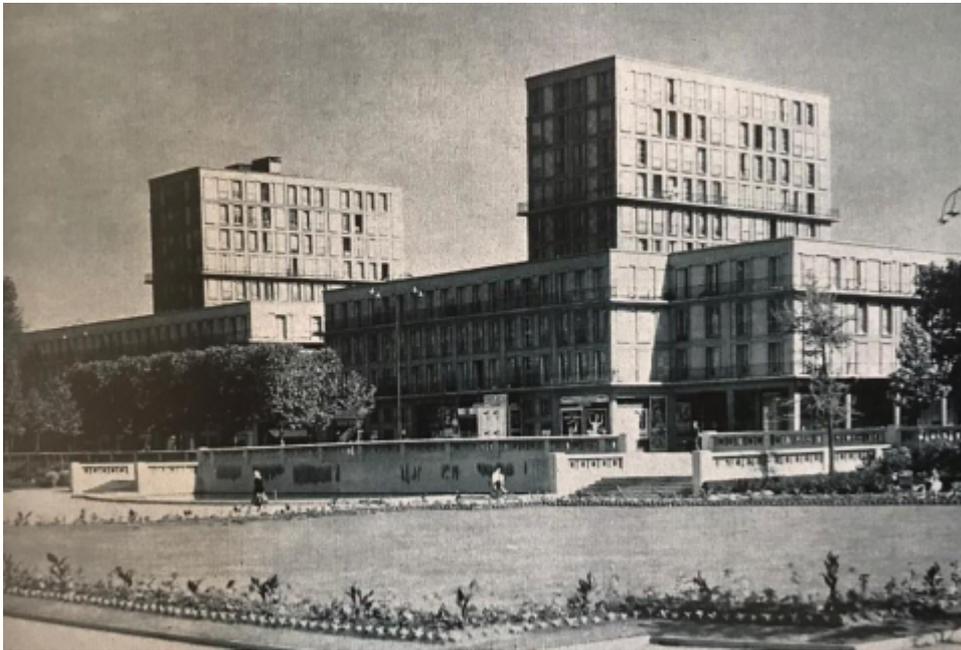
Imagem 1 – Plano definitivo assinado por Auguste Perret em 1946



Fonte: Étienne-Steiner (1999, p. 15)

- 12 Essa distribuição de tarefas, identificada por Étienne-Steiner (2017), permite ter um panorama geral do funcionamento concreto da organização pretendida. Evidentemente, o foco parecia estar na população desabrigada, que ocupava instalações provisórias distribuídas pela cidade. Assim, já no começo de 1946, a construção de imóveis coletivos foi iniciada pelo governo local (Imagem 2). A ideia para essas habitações era de uma abordagem funcional, buscando o conforto da residência (Unesco, 2003). Seguindo essa visão funcionalista, estudos foram realizados para buscar as melhores condições de insolação e ventilação dessas edificações. Em 1950, as primeiras unidades começaram a ser entregues à população. A discussão sobre a aceitação dessas pessoas ao projeto Le Havre será desenvolvida na segunda parte deste artigo, quando serão apresentados os argumentos a favor do seu processo de patrimonialização.

Imagem 2 – Imóveis de habitação coletiva (ISAI). 1954



Fonte: Étienne-Steiner (1999, p. 19)

- 13 Seguindo a cronologia da reconstrução da cidade, depois de um primeiro momento em que foram determinados os planos urbanos e arquitetônicos entre 1945 e 1946, Le Havre se tornou um grande canteiro de obras com várias frentes de trabalho paralelas. A partir de 1950, já se puderam ver edificações e ruas concluídas, assim como também trabalhos de restauração e reconstrução dos principais monumentos, como a Igreja Notre-Dame e a Igreja de Saint-Joseph, obras de Auguste Perret e símbolos arquitetônicos da cidade (Étienne-Steiner, 1999).
- 14 De acordo com o dossiê de candidatura à Unesco, a Igreja Notre-Dame foi restaurada, enquanto a Igreja de Saint-Joseph teria sido reconstruída (Unesco, 2005). No caso desta última, Étienne-Steiner (1999), afirma que o projeto de Auguste Perret teria substituído a igreja anterior, o que leva à conclusão não de uma reconstrução, segundo as premissas da Carta de Veneza, mas da construção de um novo edifício no lugar do antigo. Citando essa carta, o termo “restauração” é compreendido como “uma operação que deve ter caráter excepcional. Tem por objetivo conservar e revelar os valores estéticos e históricos do monumento e fundamenta-se no respeito ao material original e aos documentos autênticos” (Icomos, 1964, p.2).
- 15 Quase quarenta anos se passaram desde o primeiro movimento de reconstrução da cidade, durante o qual grande parte do que foi construído seguiu as diretrizes da arquitetura moderna. Entretanto, em 1954, após o falecimento de Perret, o restante da obra foi assumido por seu assistente, Jacques Poirrier. E assim, em 1964, toda a população havia sido realojada e, 18 anos depois, em 1982, os últimos edifícios públicos foram entregues (Unesco, 2005). Perret trouxe oito princípios que seriam aplicados na reconstrução, assim descritos:
- 16 “1 - As grandes vias subsistentes, que criam junto com o *Bassin du Commerce* dois eixos ortogonais, servirão de base à trama geral;
- 17 2 - A trama será constituída de duas redes perpendiculares de circulação principal formando malhas quadradas com 100m de lado;
- 18 3 - Cada malha poderá ser recortada por uma rede de circulação secundária;
- 19 4 - O traçado das vias, a largura, as dimensões das ilhotas e dos imóveis farão parte de uma trama geral invisível, cujo módulo base é de 6,24m;
- 20 5 - A disposição dos volumes construídos em relação à rua deverá garantir a todos os apartamentos a insolação máxima, vistas desobstruídas e proteção contra os ventos dominantes;
- 21 6 - A disposição dos edifícios, uns em relação aos outros, dentro de uma mesma ilhota, deverá considerar os mesmos imperativos;
- 22 7 - A altura das edificações não é uniforme, e será definida localmente em função das condições particulares enunciadas nos itens 5 e 6;

- 23 8 – Tendo em conta a proximidade do lençol freático, seria preferível elevar a rede de vias de circulação” (Étienne-Steiner, 1999, p.11).
- 24 Os princípios apresentados por Perret forneceram as diretrizes básicas para a reconstrução de Le Havre mencionando soluções para o urbanismo e para a arquitetura. Outra característica de seu projeto está ligada ao método construtivo, pois a cidade foi a primeira no mundo construída em concreto armado, tornando-se então um canteiro de obras experimental, onde técnica e estética eram priorizadas ao mesmo tempo. Isso foi possível graças à pré-fabricação e aos estudos feitos pela equipe de Perret sobre o material, como destaca o artigo "*Le chantier de la reconstruction de la ville du Havre*". (Pantet et al., 2017). O concreto armado, amplamente utilizado na arquitetura moderna (sendo uma de suas marcas), trouxe características de continuidade estática e adaptabilidade às construções” (Benévolo, 2001).
- 25 Para além da questão estrutural, havia a preocupação de seguir certos princípios de cidades modernas, como o higienismo urbano, a relação com o meio ambiente, a interação entre veículos e pedestres e a organização do espaço urbano, sem esquecer os aspectos sociais e econômicos como soluções para o pós-guerra (Pantet; Eleta-Defilippis; Solignac, 2019). Essa visão permite observar referências à Carta de Atenas de 1933, principalmente ao colocar em evidência a busca por uma qualidade de vida associada à necessidade de insolação, contato com o verde e organização da circulação.
- 26 Outros aspectos destacados por Perret também fazem referência ao funcionalismo celebrado pela arquitetura moderna, como a proposta de um módulo de 6,24m, segundo o qual se organizaria a malha urbana ou então a divisão em ilhotas predeterminadas com 100 m de lado. A esse modelo de habitação coletiva, que leva em conta a questão do conforto de seus habitantes, soma-se a preocupação com a relação entre os edifícios, sua altura e sua interação com a cidade (Etienne-Steiner, 1999).
- 27 Ampliando os aspectos já mencionados, valiosos para os representantes da arquitetura moderna, a reconstrução da cidade se aproxima de uma noção inicial segundo a qual o ponto de partida seria uma tábula rasa, uma ideia que, no campo da arquitetura, é comumente associada a uma condição de projeto em que se começa do zero. Na cidade francesa, essa noção diz respeito aos 150 hectares destruídos pelos bombardeios na guerra (Imagem 3). Esse ponto de vista foi reforçado no dossiê de candidatura à Unesco, que citava:

“A cidade reconstruída se sobrepõe, portanto, à cidade destruída de duas formas simultâneas, virtual e concreta, que constroem, para além da *tábula rasa*, seu verdadeiro valor histórico. A nova Le Havre recobre igualmente a antiga Le Havre (de forma comovente) com um aterro de um metro de espessura feito com os escombros nivelados dos edifícios bombardeados” (Unesco, 2003, p. 63).

Imagem 3 - Le Havre depois do bombardeio de 1944.



Fonte: Étienne-Steiner (2017, p. 178)

28 Embora o dossiê pressuponha essa noção, Perret buscou na cidade antiga referências de seu traçado original, conforme explicado em *Le Havre – Auguste Perret et la reconstruction*: “[...] a tábula rasa se mostrou, na verdade, ilusória e Perret [...] pelo menos, teve que recompor o traçado das vias principais, o ‘Triângulo de ouro’, e reconstruir a beira-mar para combater os ventos da costa” (Etienne-Steiner, 1999, p. 7). Também se opõe a ideia de fazer tábula rasa de algumas edificações que permaneceram, como a Catedral de Notre-Dame, a Maison de l’Armateur, o Hôtel Dubocage de Bléville e o Museu de História Natural (Imagem 4). Todas foram restauradas após a guerra (segundo o dossiê de candidatura), mas de formas diferentes e não foram totalmente destruídas.

Imagem 4 – Mapa do bairro Saint-François e outros pontos de referência



Fonte: Google Earth, com modificações da autora, 2021

- 29 Um caso particular sobre a reconstrução de Le Havre pode ser observado no Bairro Saint-François, que não seguiu o planejamento de Auguste Perret, mas foi reconstruído com base em sua concepção original do século XVI (Imagem 5). O espaço teve seu projeto concebido por um grupo de arquitetos com a justificativa de que se encontravam ali prédios dos mais importantes da cidade, alguns classificados como monumentos históricos³ pela França (Docomomo, 2002). Além de aparentar um visual diferente do centro moderno de Le Havre de hoje, Saint-François é cercado pelo Bassin de la Barre e pelo Bassin du Commerce, configurando um ambiente particular onde o traçado e a disposição dos edifícios parecem remeter à Le Havre do passado.

Imagem 5 – Bairro Saint-François em 2019.



Fonte: autora

30 A Le Havre do século XVI está presente não apenas no bairro Saint-François, mas também nos bairros próximos à área central, principalmente graças ao trabalho dos arquitetos locais que conheciam a realidade anterior. Essas informações permitem a compreensão de que a cidade de hoje mistura elementos de seu passado e suas referências à arquitetura moderna do pós-guerra. Sua reconstrução, conduzida por Auguste Perret e sua equipe, trouxe para o espaço urbano não apenas um novo modo de vida, mas também outros olhares sobre a realidade. Essa nova Le Havre despertou o interesse externo por sua reconstrução, por sua arquitetura e urbanismo modernos e pelo que a cidade se tornou. A partir dessa visão, será examinada a seguir como aconteceu a transposição de uma cidade moderna reconstruída no pós-guerra para uma cidade reconhecida como Patrimônio Mundial pela Unesco em 2005.

De cidade moderna a patrimônio

31 Cerca de duas décadas separam o fim da reconstrução de Le Havre e seu título de patrimônio mundial. Em vinte anos, a cidade foi reconstruída, sua população ocupou e se apropriou dos espaços, a arquitetura se tornou mais útil e o ambiente urbano foi transformado. Normalmente os ambientes urbanos se constroem ao longo de décadas e séculos, mas, no caso de Le Havre, o seu renascimento começou entre os anos de 1945 e

1946 e se pode dizer que teve seus resultados definitivos por volta de 1982. Sabemos que é improvável que uma cidade esteja simplesmente "completa" em um determinado momento, mas essas datas têm valor inestimável para compreender o processo de candidatura da cidade ao título de Patrimônio Mundial.

32 Antes de passar à questão da candidatura, convém destacar o processo de patrimonialização iniciado antes do ano de 2005, quando Le Havre recebeu o título de patrimônio. No âmbito arquitetônico, a primeira edificação classificada como monumento histórico após a guerra foi a igreja Saint-Joseph, em 1965, obra de Perret construída entre 1951 e 1958. Depois desse início, Maria Gravari-Barbas (2004) destaca a década de 1970-1980 como um período de desindustrialização e crescente desemprego, o que retardou o processo de patrimonialização da cidade. Já a década seguinte, entre 1980 e 1990, proporcionou um ambiente no qual foi possível ver as primeiras iniciativas para valorizar Le Havre com um foco maior em um plano patrimonial.

33 O envolvimento das autoridades locais foi fundamental para essa iniciativa, principalmente pela identificação de duas questões-chave para discussão. A primeira delas diz respeito à compreensão de que a população deveria se reconciliar com a cidade reconstruída. O que representou um desafio, pois a arquitetura da cidade de antes da destruição datava do século XVI, e a chegada da arquitetura moderna trouxe grandes mudanças no modo de vida. A segunda questão baseava-se em aspectos técnicos, pois sinais de envelhecimento já tinham sido identificados nessa arquitetura (Gravari-Barbas, 2004).

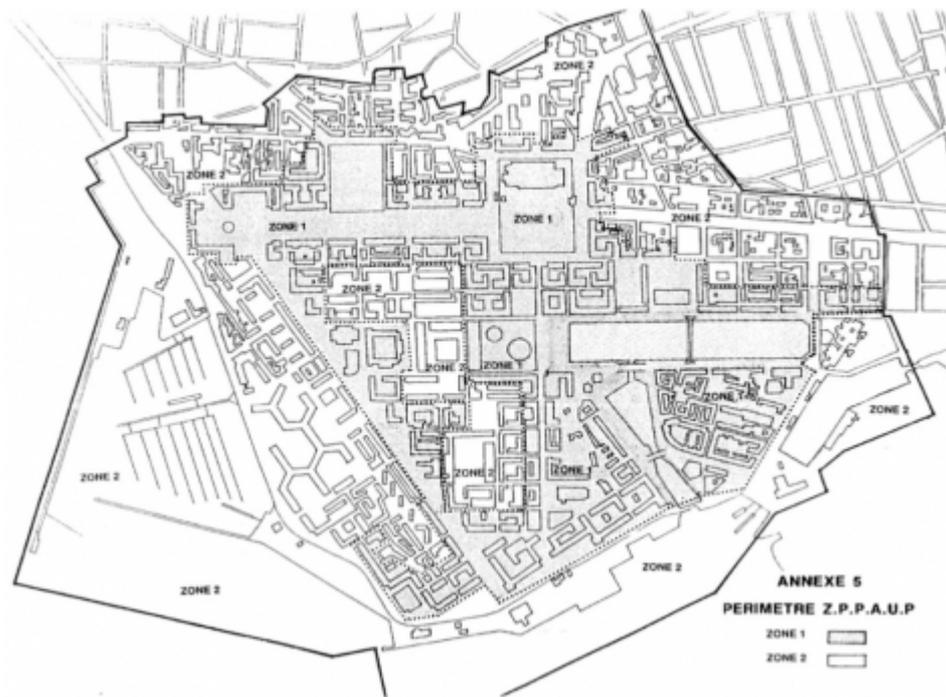
34 Com relação à primeira questão, segundo Gravari-Barbas (2004, p. 597), era preciso "criar um senso de pertencimento e identidade local, desenvolver ligações afetivas entre os habitantes e a reconstrução". A autora ainda afirma que foram necessárias cerca de duas décadas para que a população "aprovasse" a cidade, e que a justificativa para essa demora estava atrelada a um passado nostálgico em que a arquitetura e o urbanismo anteriores eram exaltados, associado a uma falta de compreensão e de adesão da nova cidade aos seus princípios modernos (Gravari-Barbas, 2004).

35 A maioria das pessoas que vivia no centro de Le Havre antes de sua destruição foi realojada em outras partes do centro urbano, o que é justificado no dossiê de candidatura à Unesco como um "reequilíbrio de densidades" (Unesco, 2003). Nesse sentido, entende-se a necessidade de reconectar a população com sua cidade, uma vez que ela foi excluída de boa parte do processo. Essa questão parece ser uma justificativa fácil para retirar a população desse centro mais nobre da cidade. Esse caso pode, talvez, representar um processo de gentrificação, mas não será abordado neste artigo.

36 A segunda problemática levantada pelo governo diz respeito aos cuidados que uma cidade já envelhecida requer. Le Havre teve seu centro reconstruído segundo os princípios modernos e, mais especificamente, seguindo a técnica do concreto armado, uma marca de Perret e do movimento moderno. Hoje vários autores abordam os desafios da salvaguarda da arquitetura moderna, e uma das dificuldades é a questão dos materiais e seu envelhecimento. O concreto armado usado nesse movimento não apenas trouxe soluções estruturais, mas também foi associado à expressão estética, como fica evidente nas edificações (Macdonald, 2009).

37 A necessidade de manutenção⁴ e restauração das edificações, além das iniciativas de intervenção por parte dos próprios moradores, levaram à criação da Zona de Proteção do Patrimônio Arquitetônico, Urbano e Paisagístico (ZPPAUP), em 1995, delimitando um perímetro de preservação para Le Havre (Imagem 6). Gravari-Barbas (2004) afirma que um dos objetivos da criação dessa zona era mostrar à população que havia uma proteção oficial por parte do governo local, e que o ponto de partida teria sido a busca pela criação de uma "identidade cultural" local. Entende-se que a criação da ZPPAUP foi inicialmente uma resposta às duas questões mais marcantes da época: resolver os problemas decorrentes do envelhecimento da arquitetura, impondo uma norma para intervenções e restaurações; mas também buscar o apoio da população, incentivando a noção de pertencimento à cidade.

Imagem 6 – Perímetro da Zona de Proteção do Patrimônio Arquitetônico, Urbano e Paisagístico.



Fonte: Unesco (2003, p. 174).

38 A primeira etapa oficial para tornar Le Havre um patrimônio foi a criação dessa ZPPAUP, o que significa que o governo local, com o apoio do nacional, estava à frente desse processo. Em seguida, a cidade foi inscrita na lista de bens franceses para submissão à UNESCO em 2001. Foi também nesse mesmo ano que o Ministério da Cultura da França concedeu a Le Havre o título de "Cidade artística e histórica". Graças a essa iniciativa, a cidade recebeu exposições e eventos para se promover não apenas para a população local, mas também para o resto da França e outras partes do mundo. A combinação dessa ação com o turismo estimulou diferentes olhares sobre Le Havre. A condição de cidade portuária, somada ao título recebido, deu um significado diferenciado ao centro reconstruído, atraindo investimentos e criando um circuito turístico no qual o urbanismo e a arquitetura de Perret se destacam (Gravari-Barbas, 2004).

39 O papel de Perret não foi apenas planejar a reconstrução da cidade, o arquiteto "transformou Le Havre em uma cidade-monumento com espaços icônicos, capaz de se comparar com a grandiosa metrópole Paris, para qual se tornou a porta de entrada para o oceano" (Gargiani, apud Gravari-Barbas; Renard, 2010). A ideia de considerar essa parte central moderna como monumental é relatada no dossiê de candidatura à Unesco da seguinte forma: "Embora se trate de um bem cultural recente, convém levar em consideração as recomendações do Comitê Intergovernamental relativo aos centros históricos antigos cuja densidade e qualidade monumentais revelam um conjunto de grande interesse" (Unesco, 2003, p. 19).

40 A questão da monumentalidade levantada pelos autores e mesmo pelo dossiê de candidatura é associada à arquitetura moderna. Desde a concepção do projeto, existe a necessidade de buscar essa monumentalidade, como afirma Susan Macdonald (2009). Isso está ligado a uma série de fatores elencados pela autora, dentre eles o papel da divulgação dessa arquitetura que conquistou o mundo; a ascensão da profissão de arquiteto; o comprometimento dos próprios autores com suas obras. Além disso, também é possível ver como a reconstrução das cidades no pós-guerra teve o papel de mostrar ao mundo como esses países que mais sofreram, como por exemplo a França, se reergueram.

41 A abordagem do dossiê levanta ainda duas questões essenciais. A primeira é procurar situar Le Havre em relação a centros históricos antigos, na tentativa de lhe atribuir valor de monumento histórico. Essa mesma estratégia já tinha sido utilizada em Brasília

para justificar sua candidatura, colocando-a em comparação com cidades antigas, situação identificada por Silva (2019) ao analisar o dossiê da capital. Brasília foi reconhecida em 1987 e, na década de 1980, a preservação da arquitetura moderna foi objeto de muita discussão, ainda mais pelo fato de a capital brasileira ter sido a primeira. Entretanto, as dificuldades de lidar com essa expressão moderna são identificadas ainda hoje, o que talvez justifique a necessidade de Le Havre, reconhecida em 2005, de ter apelado a esse recurso comparativo com cidades antigas.

42 Uma outra discussão envolve a cidade como um monumento. Esse debate pode ser acompanhado na obra "A alegoria do patrimônio", de Françoise Choay, que destacou o processo de reconhecimento do ambiente urbano como algo monumental e consequentemente digno de preservação. Segundo a autora:

"A noção de patrimônio urbano histórico constituiu-se na contramão do processo de urbanização dominante. Ela é o resultado de uma dialética da história e da historicidade que se processa entre três figuras (ou abordagens) sucessivas da cidade antiga. Chamarei essas figuras respectivamente de memorial, histórica e historial" (Choay, 1992).

43 A autora especifica que essa figura memorial seria exatamente "A cidade antiga considerada como um todo que parece, pois, desempenhar, no caso, o papel de monumento histórico" (Choay, 1992). Entende-se assim a necessidade de confirmar Le Havre como um monumento para poder então alçá-la a patrimônio. Dessa forma, ao conferir um valor memorial não apenas ao centro urbano como monumento - no sentido de sua estética e do próprio valor associado ao bem -, mas também ao evocar a realidade vivida durante a guerra, a candidatura à Unesco poderia ser legitimada.

44 Após a inscrição na lista de bens franceses a serem submetidos à Unesco em 2001, as primeiras versões do dossiê de candidatura de Le Havre já estavam disponíveis em 2002. Esse documento, intitulado "Le Havre: a cidade reconstruída por Auguste Perret"⁵ (Unesco, 2003), além de atender aos requisitos obrigatórios contidos no formulário de candidatura, apresenta um detalhado retrato da história da cidade, especialmente no pré e pós-guerra. Tudo isso serviu para reforçar sua inscrição na lista de bens da Unesco de acordo com os critérios II e IV. O dossiê compreendia ainda a tentativa de inscrição da cidade sob o critério I. De acordo com a descrição da própria entidade, os critérios correspondem a:

"(I) representar uma obra-prima do gênio criativo humano, ou

(II) exibir um importante intercâmbio de valores humanos, ao longo de um determinado período ou em uma área cultural específica, no desenvolvimento da arquitetura ou da tecnologia, das artes monumentais, do planejamento urbano ou do paisagismo; [...]

(IV) exibir um notável exemplo de um tipo de edifício ou de conjunto arquitetônico ou tecnológico ou de paisagem que ilustre um ou vários períodos significativos da história da humanidade;" (Unesco, 2021).

45 A justificativa para a tentativa de inclusão no critério I faz referência ao trabalho de Auguste Perret e sua expressão com o concreto armado. Entretanto, de acordo com o Icomos (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios), esse critério foi rejeitado pelos seguintes motivos:

"Critério I: Mais do que por sua estética, o centro reconstruído da cidade de Le Havre se caracteriza pelo uso em larga escala de técnicas de construção inovadoras baseadas no concreto armado e na concepção baseada em um sistema modular. Embora reconheça a importância desse aspecto, o Icomos considera que, no caso de Le Havre, esses temas são mais adequadamente levados em conta pelos critérios II e IV" (Unesco, 2003, p. 146).

46 Essa é uma descrição um tanto genérica que simplesmente descarta o critério sem maiores explicações. A cidade branca de Tel Aviv também foi inscrita seguindo os mesmos critérios de Le Havre, II e IV. Já Brasília foi inscrita pelos critérios I e IV,

justificados pelo trabalho de Lucio Costa no urbanismo e de Oscar Niemeyer na arquitetura. A discussão sobre o valor de cada cidade poderia fazer parte de um outro debate, mais específico. Le Havre foi reconhecida por ter feito contribuições à arquitetura moderna e, ao mesmo tempo, referências à arquitetura do século XVI. Da mesma forma, também foi reconhecida por suas contribuições para a questão da reconstrução no pós-guerra e por seus métodos construtivos considerados inovadores e eficientes para essa situação (Unesco, 2003).

Conclusões

47 A trajetória de Le Havre, de cidade destruída após a Segunda Guerra Mundial a seu reconhecimento como patrimônio histórico, envolveu um longo processo de reconstrução e construção de edificações e significações. Desde as primeiras etapas da reconstrução da cidade, os governos local e nacional desempenharam um papel essencial na organização da situação e na criação de diretrizes claras para um projeto dessa magnitude. Ademais, também foi necessário lidar com uma população que estava desabrigada e se recuperando do choque dos anos de guerra.

48 Além do apoio e do incentivo do governo, Le Havre escolheu o arquiteto Auguste Perret, como responsável pelo planejamento do centro urbano e de alguns dos edifícios mais importantes. O arquiteto, seguindo um estilo próprio, incorporou sua estética do concreto armado à arquitetura moderna pensada para a cidade. Desse modo, o resultado foi uma combinação de funcionalidade e estética, criando uma Le Havre única. A monumentalidade que hoje se vê no centro da cidade e que, sem dúvida, foi uma das justificativas para sua patrimonialização, já estava presente nos planos iniciais de Perret. Como vimos anteriormente, seu planejamento incluía ruas largas, prédios concebidos para o conforto e a salubridade, além da intenção de valorizar seu status de cidade portuária e, conseqüentemente, o papel do turismo como forma de divulgação.

49 A cidade de Le Havre, assim como Brasília e Tel Aviv, nasceu com princípios e diretrizes que a tornaram um centro urbano diferente. Sua arquitetura moderna tem pontos em comum com essas cidades, mas também características únicas, devido a infinitos fatores. A partir dessa constatação, há outras possibilidades de discussão que podem ser feitas sobre essas cidades, sejam elas comparativas ou não, o que significa que esse debate acerca da preservação de cidades modernas e, em especial, o caso das reconstruções, não se esgota aqui.

Notas

1 O artigo faz parte de uma pesquisa de doutorado em andamento dentro da linha de pesquisa Patrimônio e Preservação, da área de concentração Teoria, História e Crítica do Programa de Pós-graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília.

2 Nota de trad.: Tradução livre para "Ville d'art et d'histoire", selo oficial francês concedido desde 1985 pelo Ministério da Cultura e Comunicação a cidades e vilarejos da França comprometidos com uma política de promoção e valorização de seu patrimônio construído, natural e industrial, bem como de sua arquitetura. Fonte: https://fr.wikipedia.org/wiki/Villes_et_Pays_d%27art_et_d%27histoire

3 A lei sobre a proteção de monumentos históricos na França data de 1913. Mas antes disso, em 1887, foi criado um instrumento jurídico de proteção conhecido como *classement*. Ver Brito, M. V. A política de Patrimônio Francesa: esboçando seu passado e presente. Revista CPC, v. 13, n. 25. 2018. p. 86-111.

4 A conservação, com base na interpretação da Carta de Veneza (Icomos, 1964), refere-se a ações de cuidado com o bem que devem ser permanentes, sendo essa uma premissa básica da conservação.

5 Nota de trad.: Tradução livre do francês *Le Havre: la ville reconstruite par Auguste Perret* (Unesco, 2003)

Índice das ilustrações

	Título	Imagem 1 – Plano definitivo assinado por Auguste Perret em 1946
	Créditos	Fonte: Étienne-Steiner (1999, p. 15)
	URL	http://journals.openedition.org/confins/docannexe/image/55735/img-1.png
	Ficheiro	image/png, 917k
	Título	Imagem 2 – Imóveis de habitação coletiva (ISAI). 1954
	Créditos	Fonte: Étienne-Steiner (1999, p. 19)
	URL	http://journals.openedition.org/confins/docannexe/image/55735/img-2.jpg
	Ficheiro	image/jpeg, 126k
	Título	Imagem 3 - Le Havre depois do bombardeio de 1944.
	Créditos	Fonte: Étienne-Steiner (2017, p. 178)
	URL	http://journals.openedition.org/confins/docannexe/image/55735/img-3.jpg
	Ficheiro	image/jpeg, 276k
	Título	Imagem 4 – Mapa do bairro Saint-François e outros pontos de referência
	Créditos	Fonte: Google Earth, com modificações da autora, 2021
	URL	http://journals.openedition.org/confins/docannexe/image/55735/img-4.jpg
	Ficheiro	image/jpeg, 209k
	Título	Imagem 5 – Bairro Saint-François em 2019.
	Créditos	Fonte: autora
	URL	http://journals.openedition.org/confins/docannexe/image/55735/img-5.jpg
	Ficheiro	image/jpeg, 123k
	Título	Imagem 6 – Perímetro da Zona de Proteção do Patrimônio Arquitetônico, Urbano e Paisagístico.
	Créditos	Fonte: Unesco (2003, p. 174).
	URL	http://journals.openedition.org/confins/docannexe/image/55735/img-6.jpg
	Ficheiro	image/jpeg, 300k

Para citar este artigo

Referência eletrônica

Jéssica Gomes da Silva e Ana Elisabete de Almeida Medeiros, «Le Havre: de cidade reconstruída a patrimônio moderno», *Confins* [Online], Traduções, posto online no dia 19 fevereiro 2024, consultado o 21 abril 2024. URL: <http://journals.openedition.org/confins/55735>; DOI: <https://doi.org/10.4000/confins.55735>

Autores

Jéssica Gomes da Silva

Doutoranda na Universidade de Brasília, jessica.arq3@gmail.com

Ana Elisabete de Almeida Medeiros

Universidade de Brasília, ana@unb.br

Editor científico

Patrícia Reuillard

UFRGS

Tradutor

Isabel B. de Queiroga

Direitos de autor



Apenas o texto pode ser utilizado sob licença CC BY-NC-SA 4.0. Outros elementos (ilustrações, anexos importados) são "Todos os direitos reservados", à exceção de indicação em contrário.